

**CONFERÊNCIA DE IMPRENSA CONCEDIDA PELO SENHOR GOVERNADOR DO  
BANCO DE CABO VERDE, DR. CARLOS BURGO,  
POR OCASIÃO DA ENTREGA DO RELATÓRIO AO GOVERNO**

*(ao abrigo do art.º 18.º, 3. da Lei Orgânica do BCV)*

Cumprindo com o estipulado na sua Lei Orgânica, o Banco de Cabo Verde remeteu ao Governo, através do Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública, cópia do Relatório ao Governo, com referência a 31 de Março de 2006. Cópia do mesmo será igualmente remetida à Assembleia Nacional.

No período de seis meses terminado em Março, a política monetária da Autoridade Monetária orientou-se por intervenções que visaram criar, por um lado, condições favoráveis ao investimento privado e salvaguardar a estabilidade do sistema financeiro e, por outro, garantir as condições para um contínuo aumento das reservas externas, condição fundamental para a credibilidade do regime cambial em vigor.

Assim, o BCV manteve nos últimos seis meses uma postura de afrouxamento das condições monetárias, o que se traduziu numa baixa das taxas de juro médias dos bancos comerciais e numa redução substancial das taxas de colocação dos Bilhetes de Tesouro, para todos os prazos. Com o objectivo de reduzir, para os bancos, os custos da manutenção de um coeficiente de reserva, que se encontra a um nível considerado ainda relativamente elevado, e estimular a utilização de outros instrumentos indirectos de condução da política monetária, o Banco reduziu o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa em 2 p.p., em Março de 2006. A absorção do excesso de liquidez libertado com esta medida foi feita com a emissão de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) do Banco Central, a seis meses.

Quanto à actividade económica nacional, os indicadores disponíveis não permitem aferir com clareza qual a sua evolução no primeiro trimestre deste ano. Com efeito, enquanto o indicador qualitativo de clima económico, produzido pelo INE, indicia uma ligeira desaceleração e os indicadores de curto prazo relativos ao consumo sugerem um abrandamento no ritmo de crescimento deste agregado, informações relativas à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apontam para uma evolução mista nas principais componentes do investimento.

A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), atingiu, em Abril, a taxa média anual de 2.1%, continuando a sua trajectória ascendente iniciada no último trimestre de 2005. Os factores na base desta evolução têm a ver com o comportamento dos preços dos produtos da classe “alimentares e bebidas”, com variações nas classes “habitação, equipamento e material de uso doméstico” e “bens e serviços diversos”.

As contas externas de Cabo Verde registaram, nos últimos seis meses, um comportamento favorável, ditado pela melhoria do défice corrente que, no final de Março, registou uma redução na ordem dos 25%, em termos homólogos. Para tal, contribuíram as evoluções positivas das exportações de serviço, líquidas, e das transferências correntes, as quais vieram compensar o agravamento, em cerca de 31%, em termos nominais, do défice comercial. Para o aumento das transferências correntes, que atingiram, no primeiro trimestre, os 6.280,6 milhões de escudos, concorreram grandemente as remessas de emigrantes.

O alargamento do desequilíbrio comercial traduziu, essencialmente, o aumento das importações de bens, particularmente de bens para consumo e de combustíveis, estimulado, em parte, pelo encarecimento dos bens energéticos. Por outro lado, as exportações, especialmente de pescado, continuaram a registar um aumento expressivo de 134%.

A posição externa de Cabo Verde, globalmente favorável, permitiu a acumulação de reservas externas líquidas do país, na ordem dos 283 milhões de escudos, no primeiro trimestre.

A evolução globalmente positiva da Balança de Pagamentos, num regime cambial de paridade fixa, em que o sector externo desempenha um papel determinante no processo de criação da massa monetária, contribuiu para a criação de um contexto favorável na esfera monetária. O comportamento dos principais agregados monetários no período, em particular, o crescimento dos activos externos e do crédito à economia, determinou um crescimento de 4,8% dos meios de pagamento (M2), no trimestre. Os passivos monetários (M1) evidenciaram um crescimento de 3,3%,

que resultou de um aumento dos depósitos à ordem em moeda nacional, enquanto se registou uma diminuição na circulação monetária, confirmando a tendência que se vinha registando desde o ano anterior de uma maior apetência pela utilização de meios alternativos de pagamento. Os passivos quase monetários também cresceram, reflectindo o aumento da generalidade das suas componentes, com particular destaque para os depósitos de emigrantes, que cresceram cerca de 2,7%.

No sector fiscal, e de acordo com dados provisórios do Ministério das Finanças, as contas do Sector Público Administrativo, incluindo donativos, registaram um superávit global, nos últimos três meses terminados em Março, enquanto que, excluindo donativos, estas mesmas contas registaram um défice que ascende a 1.088,2 milhões de escudos. Por sua vez, o défice primário aumentou, em resultado, essencialmente, do agravamento das despesas, excluindo os encargos líquidos com juros, enquanto que o saldo corrente registou um excedente de 510 milhões de escudos, em virtude do aumento das receitas correntes, que mais que compensou o aumento das despesas correntes.

O aumento significativo verificado nas receitas fiscais resultou dos acréscimos na cobrança da generalidade dos impostos, de entre os quais se destaca o imposto único sobre o rendimento, o imposto sobre o valor acrescentado, não deduzido de reembolsos, bem como o imposto sobre as transacções internacionais. Os donativos, por sua vez, atingiram um montante global de 1.404,4 milhões de escudos.

As despesas correntes cresceram no período, o que se explica pelo aumento registado em todas as suas rubricas e, em particular, nas despesas com pessoal, nas despesas com aquisição de bens e serviços e nas transferências e subsídios.

Para este aumento não foi também alheio o acréscimo das transferências aos Municípios e dos encargos com pensões e o pagamento de subsídios de combustível às empresas petrolíferas.

As despesas de investimento, por sua vez, registaram um comportamento bastante positivo em termos homólogos, reflectindo, na sua maior parte, despesas com projectos ligados à redução da pobreza e promoção da inclusão social dos grupos desfavorecidos, ao desenvolvimento do sector energético e à reforma do sistema para promoção da saúde.

Perspectivas para os próximos seis meses apontam para um crescimento económico do produto em torno de 5-5,5%, o que corresponde a um abrandamento da procura interna, reflectindo o comportamento dos investimentos e do consumo em geral, a que se junta o risco associado a pressões inflacionistas.

Com base em projecções feitas, o Banco de Cabo Verde prevê um agravamento da taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), que se deve situar no intervalo de 4% a 5%. Esta projecção tem subjacente o impacto da actualização dos preços administrados, com o reajuste dos preços dos combustíveis, e as consequências de um eventual mau ano agrícola, com efeitos sobre os preços dos produtos alimentares, em especial, os não transformados. Na medida em que esses efeitos tendem a diminuir ao longo do ano, será importante ter em atenção efeitos de segunda ordem, designadamente os provenientes de alterações salariais que, se não forem moderados, podem contribuir para a manutenção de um perfil inflacionário ainda mais alto.

A nível externo, projecta-se uma evolução positiva das exportações líquidas de serviços, relacionada em grande medida com o turismo. A actual projecção aponta ainda para um incremento significativo das transferências correntes e de capitais, contemplando as entradas de divisas no âmbito dos empréstimos contratados para 2006, a manutenção do ritmo de envio de remessas de emigrantes, bem como o aumento na taxa de realização do investimento externo. Com base nestes desenvolvimentos, prevê-se, assim, reforço das reservas internacionais do país que, no final do ano corrente, deverão garantir cerca de 3,6 meses das importações programadas.

A massa monetária deverá acompanhar a evolução do PIB nominal, crescendo a uma taxa de 11%. A política monetária, visando o objectivo último da estabilidade de preços, continuará a basear-se na monitorização da base monetária, num ambiente em que a variação da taxa de inflação indicia já algum elemento de risco na manutenção do quadro descrito.

Condicionado à mobilização de recursos externos, o investimento público deverá crescer, enquanto que o consumo privado registará uma nova desaceleração. O consumo público, em contrapartida, deverá crescer em torno dos 6,8%.

A nível orçamental, tendo em conta os pressupostos assumidos no orçamento de Estado para 2006, prevê-se um défice público (incluindo donativos) em torno de 4% do PIB, enquanto que o défice primário deverá registar uma melhoria para os 7,5% do PIB.